

SESSÕES DO PLENÁRIO

65ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de junho de 2011.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES “ 3º SECRETÁRIO ”

À hora Regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Neto. (51)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a presença de 41 Srs. Deputados, invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão.

Há um requerimento sobre a Mesa: (lê) “Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, artigo 92, do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o projeto de lei 19.176/2011, de autoria do Poder Executivo”.

Está convocada uma sessão extraordinária, 2 minutos após o encerramento da presente sessão ordinária.

(O Sr. Presidente profere a leitura do expediente).

OFÍCIOS

Da Dep. Graça Pimenta, comunicando sua ausência da sessão no dia

06/06/2011, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Joseildo Ramos, comunicando sua ausência da sessão no dia 13/06/2011, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Delegado Deraldo Damasceno, comunicando sua ausência da sessão no dias 01 e 13/06/2011, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, Srs. Funcionários, Imprensa, ocupo esta tribuna hoje para tratar de um assunto que a mídia não se ocupou, que foi a eleição do ex-ministro do governo Lula, José Graziano da Silva, para o comando da FAO.

Disputou a eleição, eleição essa extremamente disputada, quando ele, como representante do Brasil, estava representando os interesses dos países pobres, dos países do Sul, principalmente os países da América Latina e os países africanos.

A mídia não se ocupou desse primeiro posto importante que o Brasil ganha, um posto de relevo nas organizações internacionais, e isso não se dá por acaso, mesmo porque o ex-ministro José Graziano sempre foi um crítico mordaz da especulação financeira, sempre tratou a especulação financeira, principalmente no jogo de preços internacionais das *commodities*, um dos principais motivos de recrudescimento da fome e da retirada de oportunidades dos países Africanos e Sul-Americanos.

Vários foram os artigos, as manifestações, inclusive científicas, do Graziano em torno da justiça social através dos trabalhos de segurança alimentar, dos projetos que transpunham para os países mais pobres, tecnologias de produção e, no momento em que este brasileiro ascende à condição de diretor-geral da FAO, a mídia no Brasil simplesmente silencia.

Ele venceu essa disputa por 92 votos contra 88, disputando com o espanhol Miguel Ángel Moratinos, que teve o apoio explícito dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos do Norte.

O que é importante salientar a partir desta tribuna é que o Brasil terá, considerado um dos maiores países na produção de alimentos, na ONU um porto seguro para tratar de assuntos relevantes relacionados ao combate à fome em todo o mundo. É também um porto seguro, demonstrando o triunfo da competência da política externa brasileira, mesmo porque a presidente Dilma encampou a luta pela eleição de José Graziano, que é, hoje, um dos principais detentores de informação, de conhecimento na área de segurança alimentar.

Então, neste momento, é extremamente oportuno o Brasil se ver representado na FAO, pela primeira vez, por um brasileiro que meteu a mão na massa, que construiu todo esse processo de segurança alimentar que a gente tem, hoje, no Brasil,

exportando a *expertise* de conhecimento para todo o mundo. No entanto, a mídia brasileira se cala diante deste fato tão importante para o ideário político de justiça social que o Brasil, neste novo processo de governança, neste novo processo de empoderamento dos países e a sua relação Sul-Sul, traz para o cenário político internacional. É uma pena, Sr. Presidente, o silêncio da mídia brasileira sobre um tema tão caro e tão importante para o mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Luciano Simões, pelo tempo de 5 minutos

Na ausência do deputado Luciano Simões, concedo a palavra à deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. das Galerias Paulo Jackson, pessoal que nos acompanha pela TV Assembleia, quero falar apenas sobre duas questões. A primeira delas é o apelo que faço a esta Casa para votarmos o projeto da privatização dos cartórios. Acredito que a votação aconteça hoje, porque não há mais condição de sofrermos essa pressão, esse desgaste. Está havendo uma confusão no nosso Estado em razão da falta de posição desta Casa. Estamos indo, neste momento, para uma reunião com a desembargadora Telma Britto, e acredito que, após o seu encerramento, as coisas fiquem acordadas e tenhamos condição de votar, hoje, este projeto. Acho que não dá mais para esperarmos! Tenho recebido documentos, apelos, pedidos, pressão do sindicato e da sociedade. Acho que chegou a um limite insuportável. Espero que esta Casa, junto com a desembargadora, chegue a um consenso para que possamos votar. Tenho algumas preocupações com relação ao projeto, principalmente a questão do aumento das tarifas e dos funcionários, mas isso trataremos durante o debate. Contudo, acredito que depois dessa reunião as coisas estarão resolvidas.

Outra coisa, Sr. Presidente, que gostaria de tratar também se refere à confusão que vive, hoje, o município de Dias d'Ávila tem uma prefeita... Desde a emancipação do município, o grupo do deputado Cláudio Cajado assumiu sua direção, e hoje estamos vendo a confusão no Legislativo, deputado Cacá, V.Ex^a que foi um deputado com votação expressiva naquele município. Precisamos ajudar aquele município a alcançar a paz, porque há uma séria de denúncias, a mesma coisa relacionada a Madre de Deus. Mas Dias d'Ávila, que é um município que temos uma relação afetiva muito grande, porque foi distrito de Camaçari, acho que o povo daquela cidade não merece essa confusão que está lá. Acho que a prefeita Andreia e o deputado Cajado precisam responder algumas questões que estão levantadas hoje pela Câmara de Vereadores e se achar uma forma de fazer as coisas andarem, porque está uma crise grande.

Li hoje no Correio da Bahia um edital convocando a prefeita e o secretário, porque sumiram da cidade e a gente tem uma responsabilidade com aquele município, que foi o segundo onde tive a maior votação. Quero pedir a esta Casa que nos ajude, que marquemos uma visita e vejamos qual a melhor forma que a Assembleia Legislativa pode ter para contribuir com a paz e a tranquilidade, que os

Poderes lá se entendam e que volte a funcional normalmente, porque quem sofre é o povo.

Nesse sentido, a mesma coisa tem acontecido com Madre de Deus. Agora a prefeita que ainda está comandando o município, porque está com o mandato cassado pelo Tribunal. Apenas pediram vistas do seu processo, mas está hoje querendo interferir de forma arbitrária no Poder Legislativo. Tiveram duas eleições polêmicas, mas a própria Justiça diz que o presidente da casa é o vereador Jeferson Andrade e, no entanto, aquela confusão, a comunidade de Madre de Deus, assim como Dias d'Ávila estão vivendo momentos de intranquilidade, de confusão, incertezas e lutas.

Então, precisamos ter um olhar para esses municípios. O povo desses dois municípios não merecem o que está acontecendo hoje entre os Poderes de lá e que a Justiça ajude e acelere a decisão sobre a situação, porque está realmente uma coisa insuportável.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da imprensa, amigos das galerias, está chegando o momento de votar o projeto que vem se arrastando nesta Casa há mais de 2 anos. Não temos mais como postergar, poderíamos até pleitear adiamento porque somos novos na Casa, mas pelo histórico desse processo está na hora de uma decisão.

Temos essa reunião agora com a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargadora Telma Brito e eu, particularmente, já tenho minha opinião formada, no meu caso votarei e acho que os colegas na sua maioria devem defender a privatização geral dos cartórios no Estado da Bahia. Mas, vamos ouvir o que a presidente do Tribunal tem para em seguida nos posicionarmos sobre esse assunto.

Mas eu já venho defendendo a privatização nesta Casa há algum tempo, porque onde quer que você vá, e no São João pude testemunhar nas cidades, deputada Luiza Maia, as pessoas cobram, reclamam. Em Feira de Santana o cidadão fica na fila até por 12 horas. Tem que chegar de madrugada. Não tem mais cabimento e essa situação é inaceitável. Portanto, é chegado o momento de votarmos esse projeto. E que bom se fosse hoje.

Mas há um outro assunto do qual quero tratar nesta Casa. Desta tribuna, quero elogiar os deputados baianos que votaram contra a farra das obras para a Copa. Pasmem, deputados e deputadas, apenas seis baianos votaram, na Câmara, contra o destaque na Medida Provisória que cria regras diferenciadas de licitação para a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016. Alguns entendem ser um incentivo à corrupção exatamente por fragilizar o controle público dos gastos com as obras para esses eventos.

Na sessão de ontem, 29 deputados baianos estavam presentes à votação. Votaram contra a farra das licitações os deputados ACM Neto (DEM), Cláudio Cajado (DEM), Fábio Souto (DEM), Antonio Imbassahy (PSDB), Jutahy Magalhães Júnior (PSDB) e Félix Mendonça (PDT), um partido da base governista.

Eu confesso que não sei o que será deste País. As obras estão atrasadas, mas os recursos devem ser liberados. Os deputados que questionam são acusados pelo governo de serem contra a Copa do Mundo, o que não é verdade. Como todo brasileiro, somos ufanistas e queremos a Copa em nosso País.

A única coisa, Capitão Tadeu, que queremos é que as coisas sejam feitas às claras; as licitações sejam transparentes; e as obras aconteçam no tempo programado. O que está havendo é um atraso nas obras adredemente programado para que o dinheiro seja liberado a toque de caixa, desobedecendo os tramites legais das licitações. Aí, Deus sabe onde esses recursos vão parar.

Eu, em sã consciência, pergunto ao deputado Capitão Tadeu: V.Ex^a acha que esses recursos chegarão ao destino certo? Ou poderão existir algumas vielas, becos, desvios no meio do caminho?

Fica a pergunta para V.Ex^a fazer uma reflexão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, pelo tempo de 5 minutos.

s **O Sr. BIRA CORÔA**:- Sr. Presidente, nobre deputado Álvaro Gomes, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores servidores desta Casa, visitantes, antes de utilizar o tempo para o que pretendo tratar, quero apenas dizer ao nobre deputado Carlos Geilson que o convite feito pelo DEM simplesmente reafirma o bom momento que vive a política de meu município, Camaçari, o bom momento que vivem as políticas da Bahia e do Brasil.

Eleva o nosso nome, sem dúvida alguma, o reconhecimento de uma força política da Oposição de que é o melhor para a sucessão no Município de Camaçari. Esse reconhecimento tem sido comprovado pelas consultas e pesquisas realizadas com a sociedade de Camaçari.

Eu quero apenas dizer que me sinto muito à vontade para dizer que, sendo o candidato do Partido dos Trabalhadores à sucessão do prefeito Luiz Carlos Caetano no pleito de 2012, aceitarei apoios, inclusive do DEM.

Mas, Sr. Presidente, ocupo esta tribuna neste momento para parabenizar os municípios baianos pelos festejos juninos. A Bahia realmente se consolidou como o Estado do Forró. Já havia a Capital do Forró, que é Campina Grande; agora temos, repito, o Estado do Forró. Dos nossos 417 municípios, 387 realizam festas juninas, que acontecem durante todo o mês de junho chegando até o início de julho.

A festa junina nasceu no campo para comemorar a fartura e a colheita. E nela ocorre a partilha, havendo o convívio harmônico pela satisfação de se receber os visitantes para uma festividade animada pela musicalidade nordestina, pelo nosso forró, pelo arrasta-pé, pelo xaxado, pelo baião, pelo trio instrumental e de voz típico do Nordeste. Tudo isso faz a diferença.

Em nossa região há dois municípios que fazem grandes festejos juninos. Um deles é Camaçari, com o Camaforró, que vem consolidando-se como uma das maiores festas do nosso Estado. Cerca de 100 mil pessoas estiveram diariamente no Espaço Camaçari 2000, onde puderam estar nos quatro cenários típicos, entres os

quais o Palco Principal, onde shows com artistas de projeção nacional e internacional aconteceram.

Há também o Espaço do Forró, chamado de Caramanchão, que teve uma média diária de 10 mil pessoas. E ainda o Coreto, onde aconteceram as atividades mais típicas do pé de serra, e a Praça das Quadrilhas.

Esse espaço cenográfico, que foi montado como uma cidade do interior, teve uma média, repito, de 100 mil pessoas circulando diariamente. Tudo isso sem violência, com a participação importante das Polícias Militar e Civil. Foram 4 dias de festas e comemorações, movimentando a economia do município.

Também vivenciamos grandes festejos juninos em São Francisco do Conde, onde a prefeita Rilza e sua equipe estruturaram a cidade para receber, com civilidade, uma enorme quantidade de visitantes – cerca de três vezes a sua população. Ao total, 1.200 casas, Sr. Presidente, foram alugadas para recebê-los. Há 1 mês não existia mais vaga em nenhuma hospedagem.

Isso para contrariar, sem dúvida alguma, aqueles que criticaram os gastos feitos nessa festa. Na verdade, essas pessoas não tiveram a percepção de entender que era um investimento com retorno econômico para o município, além de garantir emprego e renda.

Sr. Presidente, parabênzo a prefeita Rilza e o prefeito Caetano pelos festejos juninos nos municípios de São Francisco do Conde e Camaçari.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Sargento Isidório, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras das galerias, senhores da imprensa, saúdo todos com um boa-tarde e alegro-me ao estar nesta tribuna, principalmente pela liberdade de poder manusear livremente a Palavra de Deus que é a Bíblia Sagrada. Sempre estarei a serviço de Deus para fazer menção desta Palavra que é fiel e verdadeira.

O Salmo 73 diz, no seu versículo 1: “Verdadeiramente bom é Deus para com Israel, para com os limpos de coração.” “Verdadeiramente bom é Deus para Israel, para com os limpos de coração.”

Isso quer dizer, Sr. Presidente, que se temos algum motivo para nos honrar, honremo-nos por termos um Deus grande, um Deus forte, criador do céu e da terra, criador de tudo que tem no céu, na terra e no mar. Ele tudo criou e por ninguém foi criado; tudo fez, não foi feito; a todos aconselhou e não ouviu conselho de ninguém.

Por isso toda honra e toda glória, todo louvor sempre ao nome do Senhor Jesus que é dono das nossas vidas, que é dono de todo o poder, que é dono de todos os Parlamentos, e não cai uma folha seca de uma árvore se não for com o consentimento de Deus. Por isso que é importante estarmos com os nossos corações limpos para com o Senhor Jesus.

Muitas vezes não somos entendidos pelos seres humanos, pelos cidadãos, pelas autoridades, mas é bom quando temos comunhão com o céu; é bom quando estamos a serviço de um Deus incorruptível, uma vez que todos nós seres humanos somos falhos.

Sr. Presidente, uso a tribuna também para falar sobre a notícia do comandante-geral da PM de retornar alguns módulos policiais, de fazer o módulo móvel. Acho até que será importante qualquer investimento para melhorar a segurança da comunidade, mas não poderia deixar de dizer aqui nesta tarde que ainda esta semana perdemos um policial militar dentro do posto de serviço, o seu posto de serviço, que foi invadido pelos bandidos e o policial foi assassinado.

Conheço o comandante-geral, fui seu aluno em dado dado momento, faz uns 30 anos, sem precisar falar a minha idade, mas tenham convicção que estarei, juntamente com o Capitão Tadeu, possivelmente com o Coronel Santana, olhando essa ideia do comandante-geral para ver se beneficia realmente a comunidade, se é importante para a sociedade, mas sobretudo se cuida da vida dos policiais também.

Policial não é robô; policial não é cachorro para ser colocado em cima de carro e ser puxado para ser colocado em *trailers* nas esquinas. Mesmo sendo da Base do governo, tenho o compromisso com cada voto que a mim foi dado e não me calarei, porque nunca me colocarei a serviço de coronel de polícia nenhum, seja ele quem for, até porque sou acostumado a enfrentar os fuzis e as metralhadoras dos tempos piores da ditadura.

Assim sendo, quero dizer aqui, para que o governador já nos ouça, o secretário da segurança, que módulo policial só funcionará se for com os vidros blindados, porque sabemos que a toda hora a imprensa publica bandido matando policial, atirando nos módulos. Então dar segurança à sociedade é importante, como importante também é preservar a vida dos policiais civis, militares e todos os profissionais de segurança Pública que dão suas vidas para livrar as outras.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, Srs. Colegas Deputados, faço uso da tribuna para abordar, rapidamente, enquanto aguardamos a reunião com a Dr^a Telma Brito, lá no Tribunal de Justiça, e chegarmos ao consenso para aquilo que seja bom para a Bahia, bom para os servidores, bom para a democratização do Poder Judiciário, em relação à votação aqui da privatização dos cartórios. Mas, subo aqui também para lembrar que hoje, dia de São Pedro, faz uma ano o assassinato brutal, um crime bárbaro que tirou a vida de dois militantes, dois integrantes do PCdoB: Paulo Colombiano, dirigente rodoviário, e Catarino Galindo, sua esposa, que foi injustamente atacada – com certeza o alvo era Paulo Colombiano, mas vitimou Catarina de uma forma absurda, cruel, desumana. Continuamos insistindo, pedindo justiça, pedindo a apuração desse crime bárbaro para que não fique impune, e dizendo que, enquanto todos nós estamos lutando para que os documentos da ditadura militar não fique no sigilo eterno, da mesma forma não queremos também que o crime de Catarina e Paulo Colombiano fique no sigilo eterno, mas que haja a apuração imediata e, com certeza, a punição dos culpados por esse assassinato.

Portanto, neste um ano de falecimento, com a missa celebrada hoje pela manhã na igreja de São Pedro, na Piedade, nós todos nos solidarizamos com as famílias, com

a dor dos seus filhos que ficaram órfãos, porque sabemos que perder um pai e uma mãe da forma como foi perdida a vida de Catarina e de Paulo, não se aceita, e temos que continuar lutando por justiça e fazendo com que a Justiça neste Estado funcione efetivamente. Estivemos com o governador – toda a direção do PCdoB, da CTB, da Central Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, os parlamentares – pedindo-lhe que a Secretaria da Segurança Pública apure com rigor e aponte os culpados por esse assassinato.

Quero também, Sr. Presidente, parabenizar o governador, a Secretaria da Educação: em um mês, toda a rede pública do Estado, estará com mais 3.200 novos professores concursados, o que para nós é uma vitória muito grande, porque combatemos a terceirização, as contratações irregulares, os PSTs, os Redas que, por muito tempo, tomaram conta da educação na Bahia, diminuindo sua qualidade, trazendo prejuízos, e sem dúvida nenhuma o concurso abre portas e qualifica a educação pública baiana. Neste próximo mês e já agora estão tomando posse, apresentando toda a documentação, vão fazer um processo de formação e assumir os seus postos. O Estado terá, para as cinco mil e poucas vagas que foram criadas, um cadastro de reserva de mil e 800 candidatos que, com certeza, sendo chamados pelo concurso diminuem a precarização e a terceirização nas escolas da rede pública do Estado da Bahia. Portanto, parabenizo o governador, o secretário Osvaldo Barreto que, com certeza, têm lutado muito para melhorar a educação pública da Bahia. Sabemos que os desafios não são poucos e um concurso como esse traz, sem dúvida alguma, um alento para toda a comunidade.

Finalizando, Sr. Presidente, como amanhã teremos uma sessão concorrida, uma sessão onde muitas autoridades estarão aqui para falar, quero de público parabenizar o governador Jaques Wagner pelo título de cidadão baiano que receberá amanhã, título da autoria da então deputada Moema Gramacho, e dizer que nós reconhecemos tudo que o governador tem feito pela Bahia, e não fez enquanto governador, mas o fez enquanto ministro, enquanto deputado, e nós hoje temos orgulho de dizer que a região Oeste da Bahia tem uma outra cara, uma nova realidade, a partir da ação decisiva do governador Wagner, especialmente enquanto ministro, que levou para aquela cidade, numa articulação política com todos os setores, a Universidade Federal da Bahia.

Portanto, todos as regiões da Bahia – Oeste, Norte, Sudeste e Sul – sentem a ação positiva do governador Wagner, enquanto homem público e político de grande envergadura, que tem lutado para que este seja um Estado de proa, para que esteja lado a lado como os grandes estados do Sudeste deste País. Nós vamos conseguir isso sem dúvida nenhuma.

Esse título é bem-vindo. Na verdade, só consolida o sentimento de que não precisa ter título de certidão de nascimento para lutar, para fazer com amor aquilo que fazemos, quando acreditamos. E o homem político, o político Jaques Wagner, tem feito esses anos todos em toda a sua trajetória.

Portanto, quero parabenizar, como deputada do PCdoB, como deputada do Oeste da Bahia, por tudo o que o político Wagner, o ministro Wagner, o governador Wagner tem feito pela Bahia e pelos baianos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Deputada Kelly Magalhães, por favor, tenha a gentileza de assumir a presidência dos trabalhos enquanto faço o uso da palavra.

A Sr^a PRESIDENTE (Kelly Magalhães):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr^a Presidente, demais deputados, voltarei a falar novamente sobre a lei que foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa que põe fim à tarifa-assinatura de telefones fixos e móveis no Estado da Bahia. Em realidade, essa lei é uma batalha nacional. Evidentemente, esse projeto de lei tramita também nacionalmente, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Infelizmente, lá, ainda não foi aprovado. Esse projeto também tramitou em diversas Assembleias Legislativas, sendo aprovado em várias. Aqui, no Estado da Bahia, depois de muitas dificuldades, conseguimos transformar em lei o projeto de lei que prevê o fim da cobrança da tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis no Estado da Bahia.

Esse projeto, que foi transformado em lei e beneficia toda a sociedade, hoje, se encontra no Supremo Tribunal Federal, porque as empresas de telefonia ingressaram com uma ação solicitando uma liminar. Infelizmente, caiu na mãos da ministra Ellen Gracie, que concedeu a liminar às empresas de telefonia. Com isso, suspendeu os efeitos da lei. Mas a lei foi aprovada e existe. Vamos lutar de todas as formas para que a lei seja cumprida.

Há um outro projeto que se transformou em lei, parecido com o daqui da Assembleia Legislativa, também no mesmo sentido, de acabar com a tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis, no Amapá. As empresas de telefonia ingressaram com uma ação, solicitando também uma liminar, e o ministro Ayres Brito não concedeu a liminar até o momento. Portanto, no Amapá, essa lei está em vigor, beneficiando a sua população. Aqui na Bahia, infelizmente, a ministra do Supremo Tribunal concedeu a liminar, e a lei não está em vigor. Mas a luta continua, até porque essa liminar foi concedida pela ministra Ellen Gracie e precisa passar pelo pleno do Supremo Tribunal. A nossa esperança é a de que, nesse pleno, consigamos, realmente, derrubar essa liminar para que a lei no Estado da Bahia venha a ser cumprida.

Inclusive, estivemos em Brasília e já conversamos como ministro Ayres Brito, que é o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal. Estamos também solicitando audiências com todos os ministros do Supremo Tribunal Federal para que possamos expressar o nosso ponto de vista sobre essa lei que foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, a qual consideramos constitucional, porque já falamos e reafirmamos que não estamos legislando sobre telecomunicações. Estamos legislando sobre defesa do consumidor! E legislar sobre defesa do consumidor é competência da Assembleia Legislativa, é competência concorrente! Tanto pode a Câmara dos Deputados como podem também as Assembleias Legislativas.

Portanto, não vamos descansar nem um minuto sequer. Continuaremos lutando para que a lei seja efetivamente cumprida. Sabemos que é uma luta contra interesses poderosos. Sabemos também das dificuldades. Essa não é uma luta fácil, mas não desistiremos dela nunca! Vamos lutar até o fim para que realmente consigamos fazer

com que a lei aprovada nesta Casa entre em vigor, a fim de beneficiar toda a população do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sra. PRESIDENTA (Kelly Magalhães):- Com a palavra o deputado Cacá Leão pelo tempo de cinco minutos.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero saudar também os amigos que nos acompanham nas Galerias, a imprensa presente, o pessoal da Taquigrafia e todos os outros funcionários desta Casa.

Antes de adentrar ao tema, quero parabenizar o assediado deputado Bira Corôa, pois quase todos os partidos do município de Camaçari o querem como candidato. Eu, como deputado do Partido Progressista, quero dizer a V.Ex^a que o PP na Bahia, em Camaçari, se sentirá muito honrado em ter naquela cidade um candidato e - quem sabe? - um futuro prefeito da sua grandeza portando o número 11, ou seja, o do Partido Progressista. Nós nos orgulharemos muito em tê-lo no nosso quadro.

Também quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o nosso governador Jaques Wagner, uma vez que amanhã ele receberá o Título de Cidadão Baiano, embora eu ache que S.Ex^a. já recebeu dois títulos desse, deputado Adolfo Viana: as duas eleições que lhe foram dadas pelo povo da Bahia, sendo eleito em ambas no primeiro turno. E, na segunda vez, como o governador mais votado na história deste Estado.

Então creio que realmente esse é um grande título, e amanhã estaremos aqui parabenizando e aplaudindo o nosso querido governador. Muito merecido! Tal título foi sugerido pela ex-deputada e hoje prefeita do município de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, para esse grande homem, carioca de fato mas baiano de coração, porque o que ele tem feito pela nossa Bahia, o trabalho que tem desempenhado e o amor que tem pelo nosso Estado lhe dão todas as características de bom baiano.

No último final de semana, tive oportunidade de encontrar vários colegas na nossa peregrinação nas estradas durante o são-joão. Quero parabenizar os municípios que fizeram as festas. Passei por diversos deles. Visitei uma média de três por dia durante os festejos juninos e pude ver realmente uma festa muito grande em diversas cidades natais de pessoas que para lá voltam comemorando o são-joão.

Nesta oportunidade, parabenizo também Santo Antônio de Jesus, que foi eleito, deputado Deraldo Damasceno, como o município que tem o maior são-joão do Nordeste e do Brasil, passando inclusive cidades antigamente já conhecidas assim, como Caruaru, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba.

Aproveito ainda para parabenizar o prefeito Euvaldo Rosa, o vice-prefeito Joanito, todos os vereadores e toda a população de Santo Antônio de Jesus. Esse título é muito importante para a Bahia. A festa de São João é uma cultura do Nordeste, é uma comemoração típica dos nordestinos. Todo bom nordestino e todo bom baiano gosta do são-joão, do seu arrasta-pé. E temos hoje na Bahia a capital do são-joão, a capital do Nordeste no forró: a cidade de Santo Antônio de Jesus, o que nos orgulha muito.

Também, hoje, estamos em discussão. Uma comissão de deputados está discutindo com a presidente do Tribunal a questão da privatização dos cartórios. Acho

que esse tema é muito importante. Precisamos tomar uma atitude para que seja votado o mais breve possível, porque a população tem sofrido muito. Encontramos casos em alguns cartórios onde as pessoas têm de chegar às 4h ou às 5h à fila, deputado Joacy, para pegar uma senha para conseguir ser atendido.

Então nós, como deputados, temos a oportunidade e precisamos dar a nossa contribuição, votar, realmente, a favor dessa privatização, votar de forma correta para que os funcionários dos cartórios não sejam prejudicados, para que o tribunal não seja prejudicado, mas, principalmente, para que a população baiana seja atendida. Nós somos o último Estado onde é necessário ser feita essa privatização...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Então, é muito importante que tomemos essa questão para nós e lutaremos para que seja votado no dia de hoje.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, quero saudar todos os presentes nas Galerias Deputado Paulo Jackson, os servidores do Judiciário baiano, imprensa e, inicialmente, gostaria de manifestar o desejo de que realmente consigamos aprovar o projeto de privatização dos cartórios, no sentido de que venha a atender a todas as demandas e que seja um projeto aprovado de forma consensual, atendendo às necessidades de nosso Estado, melhorando, portanto, os serviços de cartórios no Estado da Bahia, levando em consideração os aspectos básicos que temos ressaltado aqui, como a melhoria do atendimento, a agilidade, a questão de não prejudicar os pequenos municípios e a questão, também, de não prejudicar o funcionalismo.

Mas, na realidade, Sr. Presidente, demais deputados, o tema, hoje, do meu discurso no Grande Expediente é acerca da Comissão da Verdade. No último dia 21, encaminhamos um projeto de indicação nº 18.750/2011 ao governador Jaques Wagner, sugerindo a criação da Comissão da Verdade, no caso, essa Comissão Estadual da Verdade vinculada à Casa Civil.

Na realidade, a sociedade brasileira clama pela revisão dos fatos históricos e pelo esclarecimento de todos os acontecimentos do período que vivemos na ditadura militar, um período muito triste para a história do Brasil.

É verdade que essa revisão do esclarecimento dos fatos históricos não apagará os acontecimentos nem anulará os seus efeitos, isso é verdade. Contudo, é preciso ressaltar que essa revisão ajudará a ressignificar esse marcante período da história brasileira, ajudará a confortar as famílias atingidas e reforçará a escolha para a construção e a manutenção de uma sociedade democrática.

É importante, aqui, também frisarmos que fizemos a indicação ao governador Jaques Wagner para a criação da Comissão Estadual da Verdade tendo como base, como parâmetro a Comissão Nacional da Verdade. Inclusive, também fizemos uma

indicação ao presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia, de nº 7.000, para a aprovação do projeto de lei nº 7.376/2010, enviado ainda pelo presidente Lula, criando a Comissão Nacional da Verdade.

Nós, ao fazermos a indicação ao governador Wagner para a criação da Comissão Estadual da Verdade, tomando como parâmetro o projeto de lei da Comissão Nacional da Verdade, apresentamos um anexo com a minuta do anteprojeto para que o governador possa basear-se nele e apresentar o projeto à Assembleia Legislativa.

Consta no art. 1º do anteprojeto:

(Lê) *“Fica criada, no âmbito da Casa Civil da Governadoria do Estado da Bahia, a Comissão Estadual da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.”*

O que é o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias? É a Lei da Anistia, que estabelece um período que vai de setembro de 1946 a outubro de 1988.

O art. 2º prevê que:

(Lê) *“A Comissão Estadual da Verdade, composta de forma pluralista, será integrada por sete membros, designados pelo Governador do Estado, entre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.*

§ 1º Os membros serão designados para mandato com duração até o término dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, a qual será considerada extinta após a publicação do relatório mencionado no art. 10.

§ 2º A participação na Comissão Estadual da Verdade será considerada serviço público relevante.

Art. 3º São objetivos da Comissão Estadual da Verdade:

I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos mencionados no caput do art. 1º;

II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;

III - identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos mencionadas no caput do art. 1º, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

IV - encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995;

V - colaborar com todas as instâncias do Poder Público para

apuração de violação de direitos humanos, observadas as disposições das Leis nos 6.683, de 28 de agosto de 1979, 9.140, de 1995, e 10.559, de 13 de novembro de 2002;

VI - recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e

VII - promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.”

Então, na realidade, esse aqui é um anteprojeto que foi enviado ao governador Jaques Wagner para que seja, efetivamente, constituída a Comissão Estadual da Verdade para que possamos, efetivamente, elucidar os casos ocorridos nesse período tão triste da história brasileira. Portanto, essa iniciativa que nós tomamos é positiva sob diversos aspectos: primeiramente porque, ao fazer isso, o governador do Estado coloca a Bahia em sintonia com o Brasil.

Então, nós temos a Comissão Nacional da Verdade que precisa ser aprovada, precisa ser transformada em lei na Câmara dos Deputados, e nós estamos propondo a Comissão Estadual da Verdade, que se propõe a reforçar a Comissão Nacional e tem o mesmo sentido de buscar esclarecer os acontecimentos.

Portanto, na Câmara dos Deputados esse projeto tramita já há algum tempo, já poderia ter sido aprovado, e nós fazemos todo o esforço para que, efetivamente, esse projeto seja aprovado. Foi um projeto enviado ainda pelo Presidente Lula, e a Presidenta Dilma Rousseff, que foi vítima da ditadura militar, também faz um esforço muito grande para a aprovação desse projeto. Na verdade, é preciso ressaltar que a Bahia tem-se movimentado muito para reforçar a aprovação da lei que cria a Comissão Nacional da Verdade.

No último dia 15 de junho, foi criado o Comitê Baiano pela Verdade, numa cerimônia no Palácio da Aclamação, e que contou com a presença da Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário. À frente desse Comitê pela Verdade estão entidades importantes, como o Grupo Tortura Nunca Mais, a OAB, a UFBA, a Arquidiocese de Salvador, a Coordenaria Ecumênica de Serviços, a Associação Baiana de Imprensa e uma série de outras entidades estudantis, entidades sociais que integram esse Comitê da Verdade, que é presidido, atualmente, pelo sociólogo conhecido, Professor Joviniano Neto.

Nós entendemos que o país, do ponto de vista político, já está mais do que amadurecido para enfrentar os problemas dos seus desaparecidos, para enfrentar o problema daqueles que foram vítimas de torturas, que foram assassinados, e está na hora de elucidar esses fatos. Não se trata de retaliação nem de revanche. A Comissão da Verdade tem como objetivo estabelecer a verdade, contar a verdade, falar a verdade, colocar na história do Brasil os fatos da forma como eles aconteceram, servindo como ensinamento para que jamais aconteça o que houve durante a ditadura militar.

É preciso investigar os crimes contra os direitos humanos, as torturas e os assassinatos que aconteceram naquele período. É preciso também, por exemplo, que a

Guerrilha do Araguaia, que hoje já faz parte da história do Brasil, seja esclarecida, tendo em vista que naquela época, de 1972 a 1975, em plena ditadura militar, não se tinha informação nenhuma. Nada se sabia acerca daqueles guerrilheiros que se deslocaram para a selva amazônica em busca da construção do socialismo no nosso País, da revolução socialista, para se contrapor a uma ditadura que matava, torturava, assassinava e só beneficiava os poderosos. Lá eles lutaram heroica e intensamente.

Infelizmente, a Guerrilha do Araguaia foi derrotada; agora os familiares daqueles combatentes precisam receber os seus corpos. É necessário se contar a verdadeira história daquela guerrilha. É importante se saber o que aconteceu de fato, porque antes nada era sequer mencionado a respeito de um episódio como aquele, já que a censura não permitia absolutamente nenhuma informação sobre o que estava acontecendo em uma das maiores guerrilhas da América Latina.

Se naquela época a censura não permitia sequer uma linha sobre aquele episódio marcante, hoje temos a Guerrilha do Araguaia fazendo parte da história do Brasil. Isso é história, isso é verdade. Precisamos escrever a história do Brasil de forma verdadeira. É isso que se busca com a criação da Comissão da Verdade.

Agora o Estado brasileiro procura quitar esse débito. Busca estabelecer a verdade para que as pessoas possam, efetivamente, entender o que aconteceu durante aquele período. E é importante destacar que tudo aquilo que aconteceu durante a ditadura militar envergonhou o Brasil perante o mundo. E hoje vemos o governo brasileiro pedir desculpas à Nação pelo que aconteceu àqueles que foram atingidos pelo antigo regime.

Mas ainda há muito o que se esclarecer. Mesmo num momento democrático como o que vivemos, devemos estar sempre vigilantes, sempre atentos observando os acontecimentos. A sociedade brasileira derrubou a ditadura militar em 1985, mas ainda não temos o fim dessas ideias torturantes, assassinas, atrasadas. E o exemplo mais concreto disso foi o que aconteceu recentemente – hoje completa 1 ano –, ou seja, a morte de dois camaradas, Paulo Colombiano, militante histórico do Partido Comunista do Brasil, rodoviário, e Catarina, militante também do Partido Comunista do Brasil, que foram barbaramente assassinados.

Eram militantes que faziam um trabalho sério. Lutaram contra a ditadura, contribuíram para a vitória de Lula, para a vitória do governador Wagner. Há um ano, em plena luz do dia, no final da tarde, chegando à sua casa, ele e sua esposa, Catarina, foram brutalmente assassinados, covardemente assassinados por aqueles que naturalmente viram os seus interesses contrariados. A direção do nosso partido, os familiares tiveram anteontem uma reunião com o governador Wagner. O governador Wagner foi muito enfático ao dizer que está apurando rigorosamente os fatos para identificar os assassinos de Paulo Colombiano e Catarina.

A Comissão da Verdade tem como objetivo buscar a verdade para que efetivamente busquemos corrigir os erros, para que façamos o que o governo federal está fazendo hoje, pedindo desculpas à Nação pelo que o Estado cometeu com o seu povo. É preciso que a Comissão da Verdade seja estabelecida. O fim da ditadura não significa o fim das ideias ditatoriais. O fim da ditadura não significa o fim da sanha conservadora e reacionária. É preciso estabelecer a Comissão da Verdade, é preciso que a verdade seja apurada para que tiremos ensinamentos disso.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- O deputado Aderbal Caldas não está no PC do B não sei por quê. O Partido Comunista do Brasil é realmente o seu partido. Ele fica em outro partido, mas no fundo, no fundo o coração do deputado Aderbal Caldas é um “coração vermelho”. Está feito aqui o convite público para que o deputado Aderbal Caldas venha para o PC do B.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Nobre deputado, parabênizo V.Ex^a pelo brilhante discurso que pronuncia. Compatível com a índole de V.Ex^a de brasileiro, de nacionalista, de democrático, realmente, sempre fui um coadjuvante do PC do B. É um partido que tem muita compatibilidade com a minha maneira de pensar e de agir. É necessário, mister se faz que sejam abertos os arquivos imediatamente, digamos que até tardiamente, mas é preciso que se tire esse manto. Não há por que a Nação, o governo brasileiro, um governo democrata, ocultar, esconder crimes perpetrados contra os brasileiros, contra os patriotas. É preciso que, rapidamente, sem perda de tempo, esses arquivos sejam abertos. Não é possível que as famílias enlutadas sejam impedidas de saber os criminosos que praticaram crimes contra a Nação, contra brasileiros e contra membros das suas famílias. Não é possível que além de permanecerem impunes permaneçam ocultos, acobertados pelo Estado. Não é possível que isso continue. É necessário que imediatamente, sem perda de tempo, os arquivos sejam abertos para sabermos o que aconteceu e para que possíveis elementos que têm esse instinto, essa índole saibam que há sempre uma pena a purgar, a cumprir por todos os crimes cometidos. Muito obrigado, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu discurso. Não poderia deixar de dedicar esses 25 minutos do Grande Expediente a esse tema da Comissão da Verdade e, ao mesmo tempo, relembrar um ano do assassinato de Paulo Colombiano e da camarada Catarina. Essa é uma luta que todos nós devemos travar.

A Comissão da Verdade tem o objetivo de buscar cada vez mais a melhoria e construir um futuro melhor para nossa Nação. Não podemos construí-lo se ele for marcado pela farsa, pela mentira. É preciso buscar cada vez mais a verdade, até como forma de ensinamento. É necessário que os arquivos sejam abertos. Não existe arquivo secreto para o resto da vida. Isso é um absurdo!

É preciso que sejam esclarecidos todos os fatos. É preciso que os familiares tenham acesso aos corpos ocultados até hoje daqueles que foram assassinados. É preciso estabelecer a verdade sobre tudo que aconteceu e que feriu, efetivamente, os mais elementares direitos humanos.

Portanto, queria concluir dizendo que com a Comissão da Verdade atuando de forma permanente no País e também nos Estados, com o apoio e a participação dos governos, estaremos também inibindo os grupos de extermínio e outros crimes de mando, além da matança de minorias, de pobres, de negros e de homossexuais.

Sr. Presidente, a Comissão da Verdade também tem outro extraordinário papel: o de aplacar, mitigar, reduzir o sofrimento das famílias que tiveram os seus entes desaparecidos no período de chumbo da história brasileira.

São essas considerações que eu gostaria de fazer sobre a questão da Comissão da Verdade.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, já encerrado o meu discurso, queria sugerir a V.Ex^a, inclusive por acordo das Lideranças da Maioria e Minoria, a suspensão da sessão por uma hora para que os Líderes, os deputados possam discutir e buscar um denominador comum acerca do projeto de privatização dos cartórios. Portanto, eu lhe pediria que suspendesse a sessão por ma hora.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Quero consultar os presentes a respeito da solicitação do deputado Álvaro. Se nenhum parlamentar se opõe, eu decreto a suspensão da sessão para reabri-la no prazo de até 1 hora. (Pausa)

Está suspensa a presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Declaro reaberta a sessão e prorrogo por até mais 1 hora a continuidade dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro reaberta a sessão.

Com a palavra o Líder da Maioria ou Líder do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Com a palavra ao Líder da Maioria ou do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Horário da Lideranças partidárias.

Com a palavra o Líder do PSL/PRB/PTdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o Líder da Minoria ou Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

Com a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PTN/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

Com a palavra ao nobre Líder do governo ou da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/ PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

Com a palavra ao Líder do DEM/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

ORDEM DO DIA

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Há um requerimento assinado pelos três Líderes partidários, da Maioria, deputado Zé Neto, deputado Reinaldo Braga, da Minoria, e deputado Targino Machado, pelo Bloco Parlamentar PSC/ PTN.

(Lê)“Exmo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Os Líderes dos Blocos da Maioria e da Minoria Parlamentar, bem como o Líder do Bloco Parlamentar PSC/PTN, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Ex^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 19.276/2011, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória das carreiras do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2011.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relator deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos da imprensa e das Galerias e os que nos assistem através da *TV Assembleia*, nosso parecer referente ao projeto 4.679/2011 tem o seguinte teor:

(Lê) “Por designação do presidente da Mesa dos trabalhos desta sessão plenária, enviado à Assembleia Legislativa pelo Exmo Sr. Governador do Estado, destina-se a alterar a estrutura remuneratória das carreiras do Magistério Público das Universidades Estaduais.

Com a medida, serão incorporadas ao vencimento básico parcelas da gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET, ratificando o compromisso firmado entre o Governo do Estado e os representantes sindicais das carreiras do Magistério Público das Universidades Estaduais, segundo afirma o Chefe do Executivo em sua Mensagem, na qual informa ainda que as alterações remuneratórias propostas acarretarão impacto orçamentário da ordem de R\$ 38.597.469,00 (trinta e oito milhões, quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos e sessenta e nove reais) até o exercício de 2012.

Trata-se, assim, de mais uma medida de grande relevância do Governo do Estado em prol do desenvolvimento do ensino superior, devendo, portanto, receber o pleno apoio dos Srs. Parlamentares desta Casa.

O projeto não recebeu emendas. Opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo. Poder Executivo, até porque foi fruto do acordo de todas as entidades envolvidas, representantes das quatro universidades, houve um apelo deles a nós deputados, tanto da Oposição quanto da Base do governo que assim que o projeto chegasse a esta Casa, e foi assumido um compromisso tanto pelo Líder da Maioria e pelo Líder da Minoria e como o Líder do Bloco Independente de que sejam dispensadas as formalidades até para que eles possam, já que estão sendo, há muito tempo prejudicados por não ter havido ainda a incorporação de CET para que possa ocorrer de imediato, Sr. Presidente.

É o nosso parecer, s. m. j.”
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre relator deputado Bruno Reis.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

No Plenário, em votação o Projeto de Lei nº 19.276/2011, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória das carreiras do magistério público das universidades estaduais da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 19.276/2011

Altera a estrutura remuneratória das carreiras do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os vencimentos básicos das carreiras do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia passam a ser os constantes do Anexo Único desta Lei.

§ 1º - O valor correspondente à diferença entre os vencimentos básicos dos meses de março e outubro de 2011 e março e outubro de 2012, previstos no Anexo Único desta Lei, e os referentes aos meses de fevereiro e setembro de 2011 e fevereiro e setembro de 2012, respectivamente, será subtraído do valor recebido a título de Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET.

§ 2º - O Conselho de Política de Recursos Humanos - COPE expedirá ato declaratório dos novos percentuais da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho - CET referentes às carreiras do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia, que resultarão da aplicação do disposto no parágrafo anterior.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos financeiros a 1º de março de 2011.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

MAGISTÉRIO PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

NÍVEL A

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/03/2011

CARGO	VENCIMENTO (R\$)		
	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
PROFESSOR AUXILIAR	806,24	1.612,48	2.418,72
PROFESSOR ASSISTENTE	935,26	1.870,52	2,805,78
PROFESSOR ADJUNTO	1.084,86	2.169,72	3.254,58
PROFESSOR TITULAR	1.280,11	2.560,22	3.840,33
PROFESSOR PLENO	1.510,57	3.021,14	4.531,71

NÍVEL B

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/03/2011

CARGO	VENCIMENTO (R\$)		
	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
PROFESSOR AUXILIAR	870,75	1.741,50	2.612,25
PROFESSOR ASSISTENTE	1.010,06	2.020,12	3.030,18
PROFESSOR ADJUNTO	1.171,64	2.343,28	3.514,92
PROFESSOR TITULAR	1.382,53	2.765,06	4,147,59

NÍVEL A

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/10/2011

CARGO	VENCIMENTO (R\$)		
	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
PROFESSOR AUXILIAR	870,74	1.741,48	2.612,22
PROFESSOR ASSISTENTE	1.010,08	2.020,16	3.030,24
PROFESSOR ADJUNTO	1.171,65	2.343,30	3.514,95
PROFESSOR TITULAR	1.382,52	2.765,04	4,147,56
PROFESSOR PLENO	1.631,42	3.262,84	4.894,26

NÍVEL B

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/10/2011

CARGO	VENCIMENTO (R\$)		
	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
PROFESSOR AUXILIAR	940,41	1.880,82	2.821,23
PROFESSOR ASSISTENTE	1.090,86	2.181,72	3.272,58
PROFESSOR ADJUNTO	1.265,37	2.530,74	3.796,11
PROFESSOR TITULAR	1.493,13	2.986,26	4.479,39

NÍVEL A

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/03/2012

CARGO	VENCIMENTO (R\$)		
	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
PROFESSOR AUXILIAR	940,40	1.880,80	2.821,20
PROFESSOR ASSISTENTE	1.090,89	2.181,78	3.272,67
PROFESSOR ADJUNTO	1.265,38	2.530,76	3.796,14
PROFESSOR TITULAR	1.493,12	2.986,24	4.479,36
PROFESSOR PLENO	1.761,93	3.523,86	5.285,79

NÍVEL B

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/03/2012

CARGO	VENCIMENTO (R\$)		
	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
PROFESSOR AUXILIAR	1.015,64	2.031,28	3.046,92
PROFESSOR ASSISTENTE	1.178,13	2.356,26	3.534,39
PROFESSOR ADJUNTO	1.366,60	2.733,20	4.099,80
PROFESSOR TITULAR	1.612,58	3.225,16	4.837,74

NÍVEL A

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/10/2012

CARGO	VENCIMENTO (R\$)		
	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

PROFESSOR AUXILIAR	1.015,63	2.031,26	3.046,89
PROFESSOR ASSISTENTE	1.178,16	2.356,32	3.534,48
PROFESSOR ADJUNTO	1.366,61	2.733,22	4.099,83
PROFESSOR TITULAR	1.612,57	3.225,14	4.837,71
PROFESSOR PLENO	1.902,89	3.805,78	5.708,67

NÍVEL B

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/10/2012

CARGO	VENCIMENTO (R\$)		
	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
PROFESSOR AUXILIAR	1.096,89	2.193,78	3.290,67
PROFESSOR ASSISTENTE	1.272,38	2.544,76	3.817,14
PROFESSOR ADJUNTO	1.475,93	2.951,86	4.427,79
PROFESSOR TITULAR	1.741,59	3.483,18	5.224,77

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Tendo em vista que não há mais matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a sessão e prejudicada a extraordinária.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*